

# Palavra de ordem / dispositivo disciplinar

---

MAYRA RODRIGUES GOMES

**Resumo** O presente texto representa um exercício de aplicação e demonstração dos conceitos de "palavra de ordem" e "dispositivo disciplinar" formulados, respectivamente, por Deleuze e Foucault. Ambos os conceitos apresentam um parentesco, várias vezes comentado por Deleuze, que se relaciona ao poder das palavras. Carregando uma visão de mundo que as dimensiona, operam como direcionamento, num processo educativo, a tomadas de posição e obrigações sociais. Operam como palavra de ordem mesmo que nenhuma ordem tenha sido dada. Em consideração a estes conceitos, algumas explorações foram realizadas tendo como objeto de estudo programas televisivos e matérias do jornalismo impresso.

**Palavras-chave** comunicação, palavra de ordem, dispositivo disciplinar

**Abstract** This paper intends a demonstration of the "word of order" and the 'disciplinary dispositive' concepts. Deleuze and Foucault, respectively, are responsible for their creation. Both concepts present a relationship (which have several times been commented by Deleuze), concerning the power of words. Carrying a worldview, they work as given directions, in the form of an educative process, toward assuming positions and social obligations. They work as a "word of order" even if no order had been enunciated. Keeping these concepts in mind, we engaged in explorations with a focus on television and press journalism.

**Key words** communication, word of order, disciplinary dispositive

*O pensamento nem percebeu que aquilo que procurava estava no seu próprio procurar, e que se não o quisesse procurar ali, não o encontraria em toda a eternidade.*

(Kierkegaard 1991: 235)

## DE UM PARENTESCO CONCEITUAL

Se existe um incidente incontestável nas mídias é a reincidência com que certas palavras comparecem. Não podemos apontar essa reincidência como simples efeito da realidade vivida.

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é "necessário" pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que o enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado (Deleuze e Guattari 1995: 16/17).

O pensamento crítico, desenvolvido a partir das reflexões sobre lógica e linguagem, desnudou com grande esforço, em virtude das crenças estabelecidas que se lhe opunham, o equívoco intrínseco às teorias clássicas da representação, a saber. Uma vez que lidamos com um fundo "não re-presentável", e um tecido tramado pela ordem simbólica, somos obrigados a acatar a noção de realidade como "construção de mundos".

Se nos mantivermos minimamente fiéis a esse pensamento, devemos examinar a reincidência acima colocada num processo inverso daquele operado pelas teorias da representação, a saber, a palavra como circunscrição de campo, definição e ordenação numa abordagem específica, construção da realidade.

Embora haja distinções entre a noção de "palavra de ordem" explorada por Deleuze e aquela de "dispositivo disciplinar", delineada por Foucault, uma vez que a primeira é dada como co-extensiva à linguagem e a segunda é dada na dimensão de um discurso específico, há um grande parentesco entre ambas.

Esse parentesco está ligado a alguns eixos, sendo o primeiro deles justamente aquele que concerne a co-extensividade mencionada. Sua colocação diz respeito ao fato de que a própria linguagem é dimensionante. Antes que se possa ver nela a capacidade de formação de discursos, existe uma capacidade em anterioridade lógica que diz respeito ao fato de que o próprio aprendizado de uma língua implica internalização de regras que irão constranger nossa apreensão do mundo. Em outras palavras a própria linguagem funciona como coordenadas em um mapa, quadriculando o mundo com eixos de latitude e longitude. É assim no aprendizado

dual que ela nos propõe: entre masculino e feminino, ou sujeito e objeto, um quadro de oposições fazendo o recorte da paisagem.

A unidade elementar da linguagem – o enunciado – é a palavra de ordem. (...) A ordem não se relaciona a significações prévias, nem com uma organização prévia de unidades distintas, mas sim o inverso. A informação é apenas o mínimo estritamente necessário para a emissão, transmissão e observação das ordens consideradas como comandos (Deleuze e Guattari 1995: 11).

Se a linguagem pode funcionar como um mapa é porque ela implica, *per se*, essas coordenadas que, embora sejam significantes, antecedem qualquer significação.

Ora, os “dispositivos disciplinares” em Foucault funcionam como significações dadas a partir de uma organização discursiva de base, da qual derivam, à qual sustentam e na qual se sustentam. Tais dispositivos (a família, a escola, o quartel, a penitenciária) aparecem, então, como uma progressão nessa propriedade da língua, funcionando para o preenchimento do quadriculado dado, compondo o mapa.

Na essência de todos os sistemas disciplinares funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento. As disciplinas estabelecem uma “infra-penalidade”; quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis; qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença (Foucault 1999: 148).

Interessa apontar que, como progressão, ambas as concepções pertencem a uma mesma lógica só executável em torno de propriedades intrínsecas de mapeamento: um discurso, delineando os saberes e verdades de uma época, não pode ser, a menos que essa propriedade da ordem e do comando esteja nele, por meio do que o compõe, previamente inscrita. Como operação, em dimensão macro ou micro, trata-se do mesmo eixo.

Em segundo lugar, se os discursos funcionam como blocos táticos, e os dispositivos, como materialização desses blocos, parece haver uma grande distância entre uma simples palavra e esses dispositivos. No entanto, uma vez considerada a definição que nos é dada por Deleuze chegaremos a outras conclusões:

Chamamos palavras de ordem não uma categoria particular de enunciados explícitos (por exemplo, no imperativo), mas a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele. As palavras de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos

os atos que estão ligados aos enunciados por uma 'obrigação social'. Não existe enunciado que não apresente esse vínculo, direta ou indiretamente. Uma pergunta, uma promessa, são palavras de ordem. A linguagem só pode ser definida pelo conjunto das palavras de ordem, pressupostos implícitos ou atos de fala que percorrem uma língua em um dado momento (Deleuze e Guattari 1995: 16).

Uma vez que a noção de "palavra de ordem" esteja atrelada a uma relação de poder, à realização como obrigação social, cessa toda disjunção entre ela e a noção de "dispositivos disciplinares". Uma palavra recorta e opera sob o signo das disciplinas.

Esse é bem o caso das reflexões sobre a palavra homossexual e seu nascimento no século XIX. Foucault nos diz que anteriormente e esse evento havia a referência a um hábito cujo exercício definia o "reincidente". Entretanto, com o surgimento dessa palavra delinea-se uma "espécie" (Foucault 1997: 44). Realmente, sem o discurso da verdade em torno da sexualidade, com a classificação das sexualidades periféricas e das perversões, seu poder de circunscrição seria impossível: sem um discurso disciplinar ela não opera. Mas, uma vez instalada, ela funciona exatamente como dispositivo disciplinar, nos termos em que o fazem as instituições como família, escola, etc., educando para um enfoque específico.

Assim, o terceiro ponto de parentesco entre "palavra de ordem" e "dispositivo disciplinar" diz respeito à educação, porque todos esses processos se resumem ao procedimento de ensinar a ver e comportar-se no mundo. A visibilidade diz respeito ao que é dado a ver e a educação só pode operar sobre dados previamente dispostos.

Mencionamos a produção da sexualidade num discurso que lhe sustenta; agora tratamos essa produção linguageira com seu efeito disciplinar: a educação entra em jogo a partir do momento em que a sexualidade funciona como eixo da vontade de saber que se manifesta pela produção discursiva da verdade. Ora, fará parte da sustentação desse discurso os projetos pelos quais ele, discurso, se firma: disciplina ou educação para uma visada específica.

É por isso que Foucault pode nos dizer que "*todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo*" (Foucault 1996: 44).

## AS MÍDIAS E ALGUMAS PALAVRAS DE ORDEM

Nesse caso, deveríamos prestar atenção à reincidência com que certas palavras freqüentam as mídias pelo prisma de "dispositivo disciplinar", da palavra dada como ordenação.

Deveríamos examiná-las não como esterilidade da repetição, da realidade vivida como esgotamento. Deveríamos tomar o caminho inverso: as palavras como circunscrição de campo, definição e ordenação numa abordagem específica que é construção da realidade e que, uma vez educativa, pede reiteração. Deveríamos pensá-las justamente em função dos "*pressupostos implícitos ou atos de fala que percorrem uma língua em um dado momento*" (Deleuze e Guattari 1995: 16).

Que uma palavra não seja simples representação do real ou mero instrumento para pensar, tanto a lingüística quanto a semiótica se encarregaram de demonstrá-lo, propondo-nos a noção de apresentação do real e de um pensar que se modela pelas palavras. Somos então confrontados com a operação de demarcação que as palavras operam, recorte a partir do qual um segmento se abre a construções imaginárias, a produções sociais, mecanismo de produção, sobretudo à possibilidade de disciplina e controle.

Foucault, como anteriormente mencionamos, nos oferece uma concepção bem clara do alcance das palavras, em seus efeitos de organização de um dado a ver, quando comenta o surgimento do homossexual como espécie.

Ora, como espécie, há sujeição às mesmas vicissitudes suportadas por outras espécies: estereótipos, inclusões/exclusões, avaliação de seu papel ou função no conjunto do convívio social, normas de tratamento, projetos educativos, etc. Mais que isso, bens de consumo lhe serão destinados; uma fração da propaganda, do mercado, dos lazeres lhe será dedicada; uma atitude política lhe será cobrada e seus direitos específicos aí descortinados. Trocando em miúdos, uma palavra pode funcionar como "dispositivo disciplinar", educando na configuração por ela oferecida e nas articulações derivadas desta configuração.

Façamos uma experiência a partir do artigo em que Contardo Calligaris se debate contra a criação de classificações que permitem a tomada de atitudes disciplinares. Há uma menção específica ao termo *air rage*<sup>1</sup> com que uma assistente social classifica os protestos veementes do autor face às vicissitudes a que somos submetidos em aeroportos. As estratégias advindas da criação de um novo termo que rotula comportamentos nunca são pensadas como geradas pela própria denominação. Dei-

1 Raiva do ar.

xam-se ser pensadas como um achado na procura da verdade sobre o homem, achado a possibilitar atitudes terapêuticas. Ao final do texto o autor diz estar "*esperando o cretino que vai nomear uma síndrome de raiva escolar (...)*" (Calligaris 1999: 9).

Façamos esse teste; imaginemos as conseqüências se tal classificação fosse introduzida. Antes de mais nada teríamos que definir o que é "síndrome de raiva escolar" e, ao fazê-lo, estaríamos imediatamente isolando as características daqueles passíveis de serem por ela identificados assim como daqueles que escapariam a essa categorização. Esses, por sua vez, caberiam no campo da normalidade enquanto os primeiros no da patologia, portanto, da exclusão. Os campos assim distribuídos implicam respectivas estratégias de convivência a serem adotadas; implicam estratégias de recuperação dos excluídos, possivelmente um mercado psicoterapêutico e quimioterapêutico e até mesmo um mercado de bens e lazeres atendendo a esse segmento (afinal o "raivoso escolar" também é gente). Ora, consideraremos que esse equilíbrio possa ser mantido (entre o campo dos incluídos e o dos excluídos) desde que o ambiente não dê oportunidade a que a "síndrome de raiva escolar" se manifeste. Nessa última hipótese as relações entrariam em variação, contrariando as demarcações feitas. Assim sendo, novamente haveria estudos de caso, vinculação a configurações sócio-políticas, apelo a ações comunitárias para que essa situação não chegue a se escrever. Sobretudo, haveria estratégias politicamente corretas face às situações pendentes para um lado ou para o outro.

Um exemplo simples se encarna na palavra testosterona que vem, nas últimas décadas (dizem-nos que o hormônio foi isolado em 1935), organizar os discursos sobre o masculino e a masculinidade. Antes definidos por uma função ativa, por uma externalização, o herói, suas batalhas e sua virilidade, hoje definidos por uma função interna, inscrita no próprio corpo. Agressividade, libido, capacidade de concentração, ação, criatividade: efeitos da testosterona em sua imanência. A biologização faz o transporte de atributos ancestrais para as profundezas do corpo que a ciência desvela, não sem efetuar um desvio: a concentração na libido como definição do masculino.

Quando o fator determinante é dado como inscrição genética e as aptidões estão pré-dispostas, testemunhamos um feito único: tanto positividade quanto negatividade encontram legitimidade num mesmo eixo. O homem, por natureza beneficiado, é também por natureza desresponsabilizado: o fator intrínseco o justifica.

Se prestarmos atenção às palavras de Deleuze quando nos diz que toda informação é sempre "palavra de ordem", nesses últimos tempos em que esse hormônio é objeto de especial atenção, a ponto de comparecer como reportagem de capa da revista *Time*, só podemos daí inferir uma disposição de reforçar os atributos e fun-

ções que a palavra testosterona vem organizar numa determinada direção. Claro que importa olhar de perto o nome desse remédio polêmico, Androgel, e a implicação, na associação estabelecida pelo próprio nome, da masculinidade definida pela potência sexual. Tudo fica ainda mais explícito se compararmos essas colocações com aquelas relacionadas aos nomes dos hormônios femininos, totalmente desvinculados da implicação de libido.

### SURTO, ONDA, EPIDEMIA, CRISE

Um outro exemplo para pensarmos o efeito das palavras, em vez das palavras como efeito, encontra-se naquelas mencionadas no subtítulo acima.

Em *Uma ideologia perversa*, Marilena Chaui (Chaui 1999) chama a atenção para o fato de que o tratamento dado pelas mídias aos relatos de violências faz uso frequente de palavras como "surto", "onda", "epidemia", "crise". Todas essas palavras nos dirigem a um entendimento das ocorrências como exceção ou desregulamento em um Brasil basicamente ordeiro e não-violento, basicamente bom. Descarta-se, com isso, a necessidade de aprofundamento na visada do problema, a possível reflexão sobre as condições reais de produção da violência. Essa abordagem dos fatos promove estratégias pontuais de enfrentamento do mal, como fragmentado e esporádico, sem que em nenhum momento seja pensado como persistente ou crônico. Abandona-se a pretensão de nomear o bem que daria conta do equilíbrio de relações, o bem como base de alianças. Segundo Chaui, entre outros dados, uma ideologia perversa diz respeito a esse processo de esvaziamento do lugar do Bem.

Para nós, tentando pensar as palavras de ordem, eis aí o trabalho do significante, organizando os pressupostos aos atos de fala. Assim, podemos perceber essas presenças na mídia como exemplo do parentesco entre o que Deleuze nos propôs como "palavra de ordem" e os "dispositivos disciplinares" enunciados por Foucault.

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as "disciplinas". Muitos processos disciplinares existiram há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. Diferentes da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos; é até a elegância da disciplina dispensar essa relação custosa e violenta obtendo efeitos de utilidade pelo menos igualmente grandes (Foucault 1999: 18).

Embora assim expostas as disciplinas pertençam a um projeto mais amplo, como aquele realizado pela extensão da forma confessional como inquérito sobre a verdade a outras instâncias (a escola, a medicina, etc.), podemos pensá-las em termos do papel instrumental da palavra nesse processo.

Para tanto, teremos em mente a distinção explorada pelo autor entre a disciplina bloco, implicada no fechamento das instituições (voltada para funções negativas: fazer parar o mal, romper as comunicações, suspender o tempo) e a disciplina mecanismo (dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz). É com relação a disciplina mecanismo (Foucault 1999: 173) que podemos inserir as palavras de ordem no processo disciplinar, levando em conta a tendência à ramificação aí implicada, a tendência a se desinstitucionalizar, multiplicar e circular livremente.

O resultado é que, considerados como "palavras de ordem" ao mesmo tempo em que "dispositivos disciplinares", os termos empregados para cobrir as manifestações de violência, nos remetem a pressupostos que, ainda que obliquamente, e por mais mal que possam gerar, desenham a idéia de bem que lhes é subjacente.

Se, por um lado, a utilização dos termos descritivos mencionados leva a pensar um Brasil fundamentalmente não-agressivo, por outro lado, leva também a pensar o humano como basicamente não violento. Não são somente as condições sociais, enquanto relações de produção que delimitam um campo de deserdados e excluídos, que são esquecidas como motor de violência. Também as relações sociais (todas e quaisquer), enquanto inevitáveis relações de poder que delineiam o campo do ordenador e do ordenado, sua contrapartida no crime e no castigo e seu papel na constituição do humano, são apagadas.

Nesse apagamento situam-se então as próprias palavras de ordem como voz da ordenação que, no caso acima exposto, opera por uma lógica da emancipação: da limpeza e erradicação do mal, esse como produto espontâneo sempre desviante. Passa-se a borracha sobre o fato básico de que o desvio supõe uma ordem instituída a que se atribui uma naturalidade. Ora, nesse caso devemos pensar em desvio do que, de que ordem devemos pensar, a que nos remetem a fragmentação e a pontualidade.

Em *The Lugano Report*, Susan George encena como ficção a encomenda, por uma elite, de um relatório que desse conta das condições e estratégias necessárias à preservação e desenvolvimento da economia capitalista liberal, expressas no termo globalização. Ora, entre os resultados apresentados emerge como um dos fatores relevantes a necessidade de que as atuais condições demográficas, os bilhões do



planeta, se modifiquem no sentido de radical decréscimo. Examinadas as estratégias e descartadas as soluções holocásticas como tática de *limpeza* social dos excluídos, resta a proposta de soluções como guerra, peste, fome.

Laymert Garcia dos Santos comenta: "*Vistos nessa perspectiva, os conflitos regionais, as crises, as epidemias e os desmanches que assolam as economias e sociedades do Terceiro Mundo adquirem uma inteligibilidade espantosa, até então irreconhecível*" (Santos 2000).

Tudo isto é posto por Susan George como um programa exemplar a ser seguido por uma elite interessada em seu reforço e permanência. O que nos perguntamos é se, mesmo na ficção, não é a uma elite que se deve associar tais estratégias mas sim a uma lógica do sistema a operar por automatismo na direção dessa limpeza. Limpeza de resto já visível nessa violência generalizada que testemunhamos e que no entanto não nos remete mais a nenhum projeto abrangente. Nesse caso, palavras como "crise", "epidemia", "surto", quando empregadas no tratamento da violência, escamoteariam justamente o que está ocupando o lugar do Bem, pois este diz respeito ao pensamento de que a redução da população é garantia de bem estar para a maioria, bem estar concebido como aquele da mundialização capitalista.

Se assim for, a mídia e as palavras de ordem veiculadas estariam operando, enquanto mecanismos, como dispositivos disciplinares. Alucinamos ou essa é tão somente uma compreensão mais aproximada?

## GLOBALIZAÇÃO / MUNDIALIZAÇÃO

Naturalmente, dentre todos os exemplos que poderíamos invocar encontra-se em destaque a palavra globalização. Sua identificação como palavra de ordem ancora-se em publicações como a apresentada pela *Folha de S. Paulo*, em caderno especial de 2 de novembro de 1997. Nesse tipo de matéria jornalística encontra-se a proposta de um maior entendimento do que seja a globalização: suas origens e as diversas posições políticas por ela suscitada. Ora, a própria colocação do assunto como objeto de esclarecimentos o torna incontestavelmente presente: para o bem ou para o mal, acreditem, a globalização está inegavelmente aqui; cabe a nós compreendê-la.

Sobretudo, há nesse tipo de colocação (título do caderno *Globalização. Entenda o que está acontecendo pelo mundo*, comentário "*a crise que abala as bolsas é a mais recente manifestação de um processo em que o poder dos governos, o papel das empresas, o destino dos empregos e as culturas nacionais são transforma-*

dos pela integração econômica e tecnológica") uma irreducibilidade, que torna o pensamento das estratégias de neutralização pano de fundo para um grande equívoco.

A própria postura a favor ou contra dá respaldo a uma realidade a ser vista, ainda que não se tenha certeza de que realidade se trata. O importante é que a palavra anunciada isola um campo que, como tal, direciona um enfoque de mundo. Passa a demandar definições e, ao fazê-lo, torna a desdobrar-se em direcionamentos. A aproximação de termos como mundialização, empregado pelos franceses, e globalização, pelos norte-americanos, induz à admissão de uma situação consumada sobre cuja existência e configuração todos estão concordes.

Resumindo, estamos sendo sistematicamente educados para a aceitação de um fato como situação de fato, porque a educação consiste justamente na apresentação de uma visada de mundo e seus discursos pela exclusão dos inúmeros possíveis. Pró ou contra, resta-nos assumi-la. E, quando dizemos sistematicamente, nós o fazemos com base na diversidade de pontos de vista, e observações pontuais, com que as mídias, e não só o jornalismo impresso (o exemplo acima é figurinha que estava à mão) têm brindado a globalização.

Por outro lado, a abordagem que nos é oferecida faz questão de mostrar posições teóricas divergentes. Tais posições nos remetem às situações paradoxais em que se jogam as relações de poder. *"É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e feito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta"* (Foucault 1997: 96).

Exemplo desta situação encontramos no fato de que paralelamente a uma grande influência norte-americana (a expansão da rede McDonald's como o mais palpável exemplo) situam-se o fortalecimento e o espaço de minorias étnicas, assim como os nacionalismos manifestos na xenofobia.

Além disso, das posições ideológicas que defendem a globalização como possível solução de conflitos, passamos com facilidade a posições que negam essa possibilidade. As primeiras desenvolvem a argumentação de que as tecnologias de comunicação promovem um certo patamar de homogeneidade favorável ao tratamento democrático dos problemas. As seguintes alegam que a globalização, ao promover e multiplicar a distância entre ricos e pobres, e quanto a esse ponto até os relatórios da ONU dão respaldo, cria uma situação irreversível. De um modo ou outro, vemos aqui a situação simbiótica em que os discursos se distendem.

Em relação a esses dados, devemos levar em conta que *"os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir dis-*

*curso diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas"* (Foucault 1997: 97).

Nos exemplos acima expostos encontramos o parentesco com essa forma de articulação descrita por Foucault, a saber, discursos diferentes que circulam e permeiam uma mesma estratégia. Os discursos pró/contra circulam com estratégias comuns na radicalização pela qual umas pretendem eliminar outras. A estratégia de oposição por eliminação ou exclusão é aplicável em ambos sem que, no entanto, implique um mesmo discurso ou ideologia. Acresce-se o fato de que, tanto para uns quanto para outros, quer o argumento seja o da necessidade ou da arbitrariedade, a globalização é vista como instrumento de controle ou, como em seu par mais constante, de dominação "intencionada".

Já o livro de Antonio Negri e Michael Hardt, *Empire*, a entrevista de ambos pela *Folha de S. Paulo*, em 24 de setembro de 2000, assim como os artigos que a sucederam, parece constituir uma boa amostra do que seria um mesmo discurso permeando estratégias diversificadas.

Ao colocar "Império", em disjunção a imperialismo, como a forma de realização do mercado global, os autores atestam uma outra configuração de mundo em que o jogo de imperialismos a imperialismos se dilui na dominação da totalidade que o Império implica. Único, sem competidores, independente da base de poder Estado-Nação, o Império introduz nova forma de soberania e domina "*todas as fases da vida. É nesse sentido que nós usamos a noção de biopoder de Michel Foucault, poder que domina a própria forma de vida*" (Hardt 2000).

Ora, as matérias que se seguem em nenhum momento tratam de contestar essa nova ordem mundial. Ao contrário, elas a tomam por fato consumado e tratam de explorar as facetas embutidas na palavra que a coordena, passando a considerá-las como blocos táticos que convidam a estratégias correspondentes. É por esse viés que os autores do livro trabalham, procurando brechas internas, não para dissolução e sim para o respaldo de uma democracia e vigilância do poder. Mesmo quando a matéria apresenta pontos críticos, ela o faz em torno das possíveis estratégias relativas aos blocos táticos. É este o caso do alerta de Slavoj Žižek para a inviabilidade da luta proposta por Hardt e Negri. Entre outros, citamos o exemplo da luta política pelo direito à cidadania global que, nos dizeres de Žižek, se não se confinar a uma mera declaração da ONU, deve implicar uma rearticulação generalizada pela dissolução de fronteiras e promulgação de leis globais. Ora, "*nas condições atuais, isso desembocaria numa invasão dos EUA e da Europa Ocidental pela mão-de-obra barata da Índia, da China, da África, seguida de*

*um levante popular contra os imigrantes de tais proporções que Haider pareceria um modelo de tolerância multicultural"* (Zizek 2000).

De um jeito ou de outro, todos os exemplos aqui explorados dizem respeito aos pressupostos implícitos em uma palavra que percorre os meandros da comunicação de forma a organizá-los num conjunto ordenado. A palavra "Império", na significação particular pela qual é agora responsabilizada, vem recobrir as anteriores com esse efeito. Da palavra de ordem à ordem do dia, trata-se sempre de narrativizar os modos sociais com o intuito de nos brindar com um tipo específico de entendimento, com a circunscrição da realidade a uma verdade atualizada.

## A VISIBILIDADE NAS MÍDIAS

Estenderemos o entendimento do conceito de "função co-extensiva à linguagem", com o qual demos início a este texto, para um âmbito maior que o da unidade de palavra. Tal expansão se justifica pela natureza do próprio conceito e nos permite pensar as produções de linguagem em qualquer patamar. Estaremos falando, agora, da televisão (presença aqui justificável pelo seu poder de penetração) com observações que, entretanto, se aplicam às mídias em geral. Nelas, como tantas obras trataram de apontar nas últimas décadas, o efeito primeiro é o de trazer à visibilidade. Ora, trazer à visibilidade é simplesmente mostrar o mundo do ponto em que ele deve ser visto e esse ponto, por si mesmo, já é disciplinar: a educação da visão pela determinação do visível. Mas a visibilidade diz respeito ao espetáculo e o espetáculo atrela-se à cena. Quanto a esta, há sempre um preparo para que dela se possa participar, sempre um requisito pontilhado de rituais. Há sempre um maquiamento, ainda que metafórico, para que possamos entrar na cena e conviver com o cenário que nos é colocado. Isso porque a visibilidade entra agora em outra acepção, não mais aquela de um dado a ver do mundo que os enunciados produzem. Se Deleuze, comentando Foucault, pode nos falar da visibilidade como forma que se entrecruza com os enunciados é porque, uma vez *homo erectus*, para o humano o sentido privilegiado é a visão. Independente de uma natureza lingüística, a visão diz respeito à luz, "*formas de luminosidade criadas pela própria luz e que deixam as coisas e os objetos subsistirem apenas como relâmpago, reverberações, cintilações*" (Deleuze 1998a: 62). A luz, por sua vez, nos vem de fora a formar as imagens na retina. É sempre na visada do ser visto por essa luz que nos postamos.

Trata-se de notórios processos disciplinares em toda a extensão: do olhar ao olhar, e vice versa, só se pode jogar com as regras do jogo. O parentesco entre

bandido ou nobre, a serem decapitados em praça pública, e o candidato de *quiz show*, com seus familiares bem aprumados, é mais estreito do que imaginamos. "(...) *os circuitos da comunicação são os suportes de apoio do poder; a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos*" (Foucault 1999: 179). Entretanto, a notação do maquiamento como supérfluo funciona no sentido de encobrimento dessa fabricação, porque o pensamos como descartável quando ele é absolutamente imprescindível para a cena, o cenário e o espetáculo. Como condição de pertencimento, é ele que nos abre para o mundo como admitido ou admissível. O maquiamento precisa ser visto em sua face pragmática: uma estratégia disciplinar.

Contudo, falávamos de controle e do fato de que toda disciplina visa controle e é sua condição. Pensamos controle aqui como o resultado desses processos, como automatismo das disciplinas. Nesse sentido, podemos pensá-lo como efeito direto da supervisão, da vigilância constante, caso em que é o alcance das mídias que vem nos interrogar. Com a possibilidade que se delinea a partir de um imenso aparato tecnológico que dá suporte às mídias eletrônicas, seu extensivo acoplamento no que diz respeito a câmeras, telefones, computadores, satélites, etc. enuncia-se um campo de visibilidade que permite a Internalização do ser visto, do estar sob a mira em escala macro, em incontáveis oportunidades. É por conta da visibilidade que as mídias assumem um papel crucial como disciplina e controle, portanto, como promotoras/mantenedoras de escalas de valores, como vigilante. Temos que pensá-las em seu duplo papel: aquele pelo qual ela expõe, a todo momento, os conflitos é também aquele pelo qual ela define a esfera de equilíbrio em que esses conflitos se diluiriam. Enquanto mostra, ela disciplina pela maneira do mostrar, enquanto mostra, ela controla pelo próprio mostrar. É em relação à disciplina que se diz que se não passou pela mídia não há poder de reivindicação; é em relação a controle que se diz que se não passou pelas mídias não existe.

Nas observações de Marilena Chauí, ao nos falar sobre uma ideologia ética, uma ideologia perversa na qual se ausenta a idéia de "bem" para restar somente aquela de "mal", encontramos os traços da percepção do controle. "*Além disso, a imagem do Mal e a da vítima são dotadas de poder midiático: são poderosas imagens de espetáculo para nossa indignação e compaixão, acalmado nossa consciência. Precisamos das imagens da violência e do Mal para nos considerarmos sujeitos éticos*" (Chauí 1999). Na imagem do "mal" há mais que isso. Há a contrapartida do exemplo benfeitor mas, no entanto, impregnada das mesmas intenções e efeitos potenciais, pois que, rastreando o mal-fazer, torna visível o

que não deveria sê-lo, num doutrinamento paradoxal. Porém, nada há de paradoxo na mostraçãõ do bem via mal pois este só se coloca como negaçãõ a um desejável. É por subtraçãõ a um "bem" já posto que o "mal" se delinea. Portanto qualquer imagem do "mal" nos remete à antípoda que é sua sustentaçãõ. O negativo aponta necessariamente para o positivo.

Façamos uma experiênciã simples, ingênuã. Imaginemos que a gravura, certamente uma xilogravura ou uma água-forte, do açoitamento de um escravo fosse mostrada a um residente do século XVIII. Acham vocês que tal imagem lhe apareceria como imagem de violênciã, imagem do mal? Certamente que não. O ato por ela mostrado estaria dentro da legitimidade sob a roupagem da disciplina a que se submete o escravo. Não há por trás dela essa concepçãõ de bem que nos orienta hoje em dia e que se delinea no respeito da integridade física do inocente, e igualmente do culpado. É por essa ausênciã que, outrora, ela não pôde aparecer como imagem de violênciã e é por uma presençã, por uma positivaçãõ (a idêia de direitos humanos), que hoje ela nos repugna.

Lembremos o polêmico vídeo de maus tratos dedicados a uma menina apresentado no *Programa do Ratinho*. O horror, para além de seu fascínio, para além de colocar-nos a salvo na posiçãõ de distanciamento em que nos encontramos do fato, posiçãõ que nos habilita a julgá-lo, também nos fixa no ponto em que só podemos considerarmo-nos aptos a julgar justamente por não partilharmos das mesmas práticas.

Outros tantos programas televisuais, embora não cedam ao apelo das imagens de violênciã, operam da mesma forma, mostrando o que deve ser feito pela apresentaçãõ do pólo negativo. Sejamos mais específicos, mostrando exemplos.

*Programa do Ratinho*, SBT, ediçãõ do dia 6 de fevereiro de 2001.

1) Apesar de seu caráter absolutamente circense, logo de início o programa apresenta um quadro sobre nepotismo nos cargos públicos através de entrevista com o prefeito de Santana do Paraíso, em Minas Gerais, que tem, na folha de pagamento da prefeitura, vários familiares entre mulher, irmão e sobrinhos. Nas declarações, o prefeito se esquiva alegando que o irmão não é de sangue, mas de criaçãõ, ao lado de outros argumentos que tornam duvidosas as possíveis justificativas que pudesse apresentar. Não bastasse a clareza com que a reportagem coloca em xeque a atuaçãõ do prefeito, Ratinho alinhava a questãõ apelando para a moralidade dos prefeitos em geral, contra a política cabide de empregos.

2) Entre propagandas e palhaçadas surge o quadro clássico da disputa entre

casais. Dessa vez, o marido traído quer isentar-se da pensão às duas crianças registradas em seu nome que no entanto não são seus filhos. Ratinho dá a palavra a uma advogada que atesta o fato de que com a contestação da paternidade e em caso negativo a obrigatoriedade da pensão será suspensa. Tanto ela quanto Ratinho recomendam então o exame de DNA, instruindo, assim, na lei e nos recursos científicos/tecnológicos.

3) O último quadro é de escuta indiscreta, apresentando gravações que mostram pressão sobre os fiéis, por parte do bispo Gregório de Moraes, com o objetivo de arrecadar doações um tanto substanciais. O apresentador do programa arremata sentenciando: "*É preciso ficar atento...*"

Não é preciso muita atenção para se perceber, em meio à folia, o cunho disciplinar, moralizante, em relação à política, à família e à religião. Da mesma forma, em outros programas onde se exploram temas mais fúteis as disciplinas continuam atuantes, e nem sequer necessitam da apresentação de cenas de violências para exercerem a exemplaridade.

Fizemos uma experiência de cunho aleatório: no tempo que nos restava no final de uma tarde decidimos zapear pelos programas voltados ao público feminino. Portanto, a única escolha deliberada dizia respeito à exclusão de filmes e novelas (onde de resto é muito fácil detectar disciplinas, seja na fabulação bem versus mal, seja naquela que desenha uma experiência de vida, induzindo a uma moral final). Também deixamos de lado a propaganda sob a compreensão de que esta, trabalhando em cima de um imaginário instituído, só se empenha na oferta à satisfação dos desejos dentro de um quadro de objetos permissíveis. Bastam uns poucos minutos a esmo para toparmos com a presença da disciplinaridade. De novo exploramos alguns exemplos:

*Note e Anote*, Rede Record, edição do dia 9 de fevereiro de 2001.

No momento em que passeávamos por esse programa era exibida uma aula de maquiagem, produtos e técnicas sendo demonstrados na preparação de uma modelo para festa formal. Enquanto acompanhamos aos procedimentos na telinha, ocorreu-nos que toda essa preparação, sempre acusada de *supérflua*, opera como direcionamento para uma visada de mundo: o visual feminino aceitável, e até exigível, dentro de certos parâmetros, certamente bem diferente das maquiagens do passado. Não bastasse essa sutil educação dos sentidos, pois que não é vista como tal, eis que somos surpreendidos por uma outra de ordem moral. A apresentadora do programa

pergunta ao maquiador se seria muito difícil aprender sua técnica ao que este responde tratar-se somente do resultado de exercício. Comenta-se então que, ao ser automatizado, o procedimento poderia ser praticado, com facilidade, até em meio ao trânsito. E então, a surpresa de uma lição pela qual não esperávamos: a apresentadora apressou-se a acrescentar que isto foi só um exemplo; que embora muitas mulheres tenham o hábito de se maquiar, às pressas, enquanto dirigem, esta é uma atitude condenável, pondo em risco a vida de muitos. Pronto, aí está, a disciplina absolutamente explícita onde nem se cogitava de um arremate dessa ordem.

*Mulheres*, Gazeta, edição do dia 12 de fevereiro de 2001.

Desembocamos nesse programa num momento em que se contavam novidades, sobretudo num tom de fofoca, sobre a vida de artistas. Ora, a fofoca é educativa por excelência pois se constrói a partir de um ponto em que se contraria o conveniente, ou o socialmente aceitável. Seu princípio é, portanto, moralista. Mas, para além dessas considerações genéricas, podemos tomar um exemplo específico em que se comentava o retorno do ator Felipe Camargo às novelas e o fato deste der dado a volta por cima em sua vida. O apresentador fez questão de ressaltar sua superação das drogas, a vida discreta e regrada, sua dedicação ao trabalho e ao filho, cuja guarda obteve judicialmente pela segunda vez, e finalizou afirmando que Felipe é "um menino do bem". Ora, está bem posto em cena um certo consenso sobre o agir a ser escolhido, uma vez que socialmente valorizado.

*A casa é sua*, REDETV, edição do dia 12 de fevereiro de 2001.

Dez minutos depois acompanhamos esse outro programa que se encontrava em meio à promoção de uma série de produtos com apelo ora à saúde, ora à beleza. Tanto saúde quanto beleza dizem respeito a uma visão específica de mundo e a veiculação de informação sobre tais produtos só faz promover e fixar os valores a que estes remetem. Exemplos? A iogurteira portátil, exaltada na propaganda pela sua praticidade, pelas propriedades nutritivas e dietéticas do iogurte camufla o fato de que manter saúde e boa forma diz respeito a um tipo de compreensão do corpo humano, um tipo de apropriação para a qual tal propaganda opera disciplinarmente.

Mas, o que mais nos chamou a atenção é o produto que apregoa nova tecnologia (desenvolvida por professor da USP, cujo nome não é mencionado) no combate à gordura localizada. Pensamos na relatividade dos valores, nas madonas de Rafael, para as quais tal eliminação não faria sentido. Pensamos no longo traba-



Iho disciplinar das mídias, antigas e novas, reforçando, legitimando cada uma das diferentes compreensões do mundo.

Não está claro o que se quer dizer nessa análise.

*Fantástico*, Globo, edição do dia 11 de fevereiro de 2001.

E as disciplinas não dão trégua, nem no dia voltado ao descanso semanal. Basta examinarmos alguns blocos desse programa para testemunharmos uma atividade doutrinária.

Num primeiro momento acompanhamos a denúncia de maus tratos, condições anti-higiênicas e precariedade de recursos no asilo para idosos Abrigo Evangélico Recanto da Paz, dirigido por Adalberto de Souza. Se não são mostradas cenas de violência no entanto as cenas dos traços de miséria no ambiente e das marcas da miséria no corpo dos internos são abundantemente veiculadas. Embora a matéria questione o poder público pela falta de vigilância, no mínimo fiscalização sanitária, as cenas apelam com clareza, por mostragem negativa, à moral do respeito. Mas aqui o referencial não é o respeito à idade, ou a piedade pelos desvalidos. Trata-se o tempo todo de dignidade, respaldando-se no discurso sobre os direitos humanos, ao mesmo tempo em que nos instruem sobre estes.

Um outro bloco traz matéria sobre pesquisa realizada nos EUA. Acusa a IBM de ter compactuado com o nazismo na medida em que, não só não se negou ao comércio com a Alemanha, a exemplo de outras empresas, como ainda investiu em fábrica neste país, sob os auspícios da ditadura. Aqui cenas de violência, recordando o holocausto, são mostradas ao lado de entrevistas e foto da condecoração de Watson, então presidente da IBM, por Hitler.

Ressalta-se o fato de que, com ou sem IBM, a barbárie teria ocorrido. No entanto, sua tecnologia contribuiu para a eficácia e rapidez do processo, uma vez que, com o cartão perfurado, o censo racial se otimiza. Assim, é pressuposto, pois não se diz e nem é necessário fazê-lo, o condenável no crime contra a humanidade que o nazismo perpetua. Trabalha-se na confirmação do dado moral consensual. Ao mesmo tempo nos é proposta uma outra norma, esta já um tanto controversial, que diz respeito às responsabilidades assumidas por nossas associações, não importa em nome de que tais associações se realizem.

Com esses poucos exemplos, que no entanto são uma amostra daquilo que preenche todo espaço midiático, procuramos mostrar que a informação é palavra de ordem, como o propunha Deleuze: ordena, educa, disciplina e controla o cabível.

## REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, Marilena (1999). Uma ideologia perversa. *Folha de S. Paulo* (Caderno Mais), 14 de março.
- CONTARDO, Calligaris (1999). Invenções para policiar a vida. *Folha de S. Paulo* (Folha Ilustrada), 9 de dezembro.
- DELEUZE, Gilles (1998a). *Conversações* (trad. Peter Pál Pelbart). São Paulo: Editora 34.
- \_\_\_\_\_, Gilles (1998b). *Foucault* (trad. Claudia San'Anna Martins). São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_, Gilles (1998c). *Lógica do sentido* (trad. Luiz R. Salinas Fortes). São Paulo: Perspectiva.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix (1995). *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia* (trad. Ana Lúcia de Oliveira). Rio de Janeiro: Editora 34, vol. 2..
- FOUCAULT, Michel (1996). *A ordem do discurso* (trad. Laura F.A.Sampaio). São Paulo: Loyola.
- FOUCAULT, Michel (1997). *História da sexualidade. A vontade de saber* (trad. Maria Thereza C. Albuquerque e J. G. Albuquerque). Rio de Janeiro: Graal, vo. 1.
- \_\_\_\_\_, Michel (1999). *Vigiar e punir* (trad. Raquel Ramallete). Petrópolis: Vozes.
- GEORGE, Susan (1999). *The Lugano Report. On Preserving Capitalism in the Twenty-first Century*. London: Pluto Press.
- KIERKEGAARD, Søren Aabye (1991). *O conceito de ironia constantemente referido a Sócrates* (trad. Álvaro L. M. Valls). Petrópolis: Vozes.
- NEGRI Antonio & HARDT, Michael (2000). *Empire*. Massachusetts: Harvard University Press,.
- HARDT, Michael (2000). A nova soberania (trad. Victor Aiello Tsu). *Folha de S. Paulo* (Caderno Mais), 24 de setembro.
- SANTOS, Laymert Garcia dos (2000). A solução final capitalista. *Folha de S. Paulo* (Caderno Mais), 24 de setembro.
- ZIZEK, Slavoj (2000). Um empreendimento pré-marxista (trad. Samuel Titan Jr.). *Folha de S. Paulo* (Caderno Mais), 24 de setembro.

MAYRA RODRIGUES GOMES é professora do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA - USP, onde ministra as disciplinas Ética, Ciências da Linguagem: Práticas Midiáticas I e Ciências da Linguagem: Práticas Midiáticas II. Desenvolveu pesquisa em nível de pós-doutorado junto ao Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica da PUCSP. É autora de *Jornalismo e ciências da linguagem* (São Paulo: Hacker/EDUSP, 2000), e *Repetição e diferença nas reflexões sobre as mídias* (São Paulo: Annablume, 2000).

mayra@sdev.com

Artigo enviado em maio e  
aprovado em dezembro de 2002.